



## O EXERCÍCIO “GREM-ANAFS 2016”

Desde 2010, com a assinatura de um protocolo de entendimento operacional entre a Associação Nacional dos Alistados das Formações Sanitárias - **ANAFS** e a *Unidad Canina de Salvamento de Castilla y Leon - G.R.E.M.*, a *Rescue International Assistance League - RIAL*, federação que ambas representam nos respectivos países desde 2007, passou a realizar um exercício ibérico, no âmbito da sua preparação operacional de projecção, alternadamente em Portugal e em Espanha e, sempre que possível, envolvendo outras organizações e instituições congéneres, integrantes ou não a **RIAL**.

Na edição do corrente ano, realizada em Espanha, que deveria ter ocorrido a partir de 07OUT16, integrada nas comemorações do 25º Aniversário da **ANAFS**, mas que por razões operacionais e administrativas teve de ser adiada para 21, 22 e 23OUT16, alterámos a metodologia a solicitações e interesses do nosso Parceiro **G.R.E.M.**, aproveitando a projecção dos meios da **ANAFS**, para permitir tecnicamente, que eles realizassem a reciclagem dos seus elementos, que em 2012 frequentaram o 22º CEUSAR em Alcabideche. Aliado a este facto e continuando-se a ter a habitual fragilidade de tesouraria, mas mantendo-se a necessidade de treinar a eventual projecção de meios de intervenção humanitária, alterou-se o habitual envolvimento e diminuíram-se os meios a projectar para o estritamente necessário ao objectivo, especialmente orientados às manobras USAR e de emergência pré-hospitalar.

Assim, foi criada uma *task force*, composta por seis elementos com habilitação USAR e de saúde, embarcados em duas viaturas, das quais uma pesada (ATGL1 e ATGP1). A permanência foi realizada nas instalações do **G.R.E.M.**, funcionando como (**BoO**) e desenvolvendo-se as acções de formação nos edifícios anteriormente utilizadas no Exercício “GREM-ANAFS 2014”, integrando, para efeito de reciclagem, os elementos com formação mínima de CEUSAR, no 30º CEUSAR @.

Referências muito especiais, quer à forma calorosa e muito fidalga como, de novo, fomos recebidos em Burgos, quer ao habitual apoio financeiro por parte da **TECNIFAR** e da **DELTA-Cafés**, que continuam a demonstrar uma total compreensão dos objectivos da **ANAFS**.





## 31º CURSO ELEMENTAR DE OPERAÇÕES DE SOCORRO

Em coorganização com a **Junta de Freguesia de Alcântara** e no âmbito da parceria existente com aquela autarquia local, realizou-se em regime pós-laboral, entre 26SET16 e 03OUT16, aproveitando as excelentes instalações da Junta de Freguesia e das condições logísticas criadas, o 31º CEOS. A formação contou com a participação de catorze elementos, dos quais garantiram aproveitamento um operacional da **ANAFS USAR TEAM**, três voluntários da **Unidade Local de Protecção Civil de Alcântara**, três operacionais da **Associação de Radioamadores da Região de Lisboa** e dois funcionários da **Junta de Freguesia de Alcântara**.



## TECNIFAR IV – “CINCO GESTOS DE SOCORRO – 2016”

No âmbito do Protocolo celebrado com a **TECNIFAR** e integrado no Projecto **SMS** daquela empresa, foram realizadas sessões do Projecto “**CINCO GESTOS DE SOCORRO**” para os **Agrupamentos Escolares de Lagos e de Odemira**, para um grupo que atingiu 309 alunos distribuídos pelos dias 11,12 e 13 de Outubro.

A acção contou **ainda** com o apoio logístico eficaz e disponível do **Hospital de S. Gonçalo de Lagos**

A **ANAFS** deslocou uma equipa composta de dois formadores e três colaboradores com os respectivos equipamentos e materiais de formação.

No dia 13OUT16, aproveitou-se a oportunidade para celebrar o **Dia Internacional para a Redução de Catástrofes**, que nada melhor do que com uma sessão junto de jovens que irão ter um papel fundamental na resiliência das comunidades.



## SEMINÁRIO INTERNACIONAL

### Estratégias de Comunicação no Contexto do Terrorismo

A **ANAFS**, representada pelo seu Presidente, pela Coordenadora de Assistências e pelo Coordenador Adjunto OPS da **ANAFS EOC TEAM**, assistiram ao evento científico que se realizou no dia 10OUT16, no Auditório da Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa, co-organização da **NOVA Information Management School**, do **Sistema de Informações da República Portuguesa** e do **Instituto de Defesa Nacional**. Os temas abordaram: **Terrorismo e os (Novos) Meios de Comunicação Social**; **A Prevenção da Radicalização nas Redes Sociais**; e o Director do **Serviços de Informações de Espanha** palestrou sobre: **Estratégias de Comunicação no Contexto de Terrorismo**.

## “CHEF NO BAIRRO”

O **Centro Social Paroquial da Charneca** responsável pelo **Projecto Alimentar em Rede** organizou o evento “**Chef no Bairro**”, integrado na estrutura do projecto que concorreu ao **BIP-ZIP** e que foi apresentado no dia 15OUT16 no Campo das Amoreiras na Freguesia de Santa Clara, tendo a organização do evento solicitado à **ANAFS** que montasse uma pequena estrutura de apoio a situações de emergência pré-hospitalar, devidamente guarnecida, para onde foram destacados quatro elementos oriundos das Unidades Operacionais, apoiados por uma viatura e material e equipamento da **USB da ANAFS DRC TEAM**.



## VIDAS SAUDÁVEIS E ACTIVAS – “VISA”

No dia 17OUT16 a **ANAFS** esteve presente no Salão Nobre dos Paços de Concelho de Lisboa, afim de assistir à Cerimónia Protocolar de Abertura do Programa **BIP/ZIP** de 2016. A **ANAFS** é parceiro formal do projecto acima referido e que foi proposto pela **PROSAUDESC**, tendo sido um dos contemplados para as actividades deste ano, esperando-se que venham a ser operacionalizadas as acções da responsabilidade da **ANAFS**, a partir de Março de 2017.

À **ANAFS** caber-lhe-á ministrar as seguintes matérias:

- LUTA CONTRA INCÊNDIOS – Extintores
- CUIDADOS BÁSICOS AO IDOSO
- CUIDADOS BÁSICOS DE GESTOS DE URGÊNCIA

## JORNADA DE TRABALHO E REFLEXÃO

### “Porque se perdem as *Batalhas* no combate aos incêndios florestais”

Uma vez mais o verão português foi flagelado por uma intensa vaga de incêndios, tendo por consequência a morte de três pessoas, a perda de milhares de hectares de floresta e a destruição de elevado número de casas, afetando mais de um milhar de pessoas, tanto na Região Autónoma da Madeira, como em vários concelhos do território do Continente. Depois de 2003, 2005 e 2013, os incêndios florestais voltaram a ocupar o espaço mediático e a suscitar análises de muitas personalidades, quanto às causas deste fenómeno cíclico. Deste modo e de novo acrescentaram-se mais diagnósticos aos que foram formulados, após os anos críticos anteriormente identificados.

Sem a pretensão de formular novos diagnósticos mas, sobretudo, com a preocupação de centrar a análise nas consequências dos grandes incêndios e perspetivar as condições mais eficazes para os enfrentar, o Centro de Estudos e Intervenção em Protecção Civil promoveu no passado dia 1 de Outubro, nas instalações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, uma Jornada de Trabalho, tendo como tema uma pergunta: **Porque se perdem “batalhas” no combate aos incêndios florestais?**

Para analisar esta problemática foram convidados cinco oradores exteriores ao CEIPC, os associados do CEIPC e alguns técnicos dos Bombeiros, com comprovada experiência no domínio do combate aos incêndios florestais.

Integraram o painel de oradores: José Manuel Moura, Comandante Operacional Nacional da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) – presente a título pessoal; Jaime Soares, Presidente do Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses; José Ferreira, Presidente da Direção da Escola Nacional de Bombeiros; António Carvalho, Coordenador de Investigação Criminal da PJ, aposentado; Manuel Veloso, Presidente da ANAFS. Integrou igualmente este painel, Mário Macedo, Vice-Presidente do CEIPC.

Após as intervenções introdutórias de cada um dos elementos do painel, que ocupou o período da manhã, seguiu-se o debate com todos os participantes que se prolongou ao longo de toda a tarde.

O tema proposto para esta iniciativa suscitou várias apreciações dos oradores iniciais, podendo resumir-se as considerações produzidas sobre esta questão, em duas posições distintas: para uns a questão deve ser posta deste modo **“Porque se ganham batalhas numa guerra perdida”**; para outros **“Porque se perdem batalhas, numa guerra perdida”**. Uns e outros estão de acordo num ponto: os incêndios florestais são uma guerra perdida. Subjacente a este juízo está uma conclusão óbvia: o problema dos incêndios florestais em Portugal está a montante do combate e é esta a guerra que até hoje foi perdida. Apesar desta conclusão genérica, o foco desta iniciativa foi centrado na análise dos grandes incêndios e nas suas consequências devastadoras.

Esta Jornada de Trabalho assumiu o carácter de uma iniciativa cívica, livre e independente, com o único propósito de refletir seriamente sobre os grandes incêndios, cuja gravidade e dimensão está expressa no quadro que seguidamente se insere.

As conclusões são lineares e não deixam qualquer dúvida: 1% ou menos do número de ocorrências foram responsáveis pela maioria da área ardida (superior a 100 hectares), exceto em 2 anos num total de 16. Segundo estudos realizados relativamente às perdas verificadas neste tipo de incêndios, em edificado e infraestruturas, estes representam também valores bastante significativos embora raramente equacionados na avaliação global dos prejuízos por eles provocados, facto que quase elimina a perceção da sociedade quanto à real dimensão deste problema.

Acima de tudo isto há ainda a perda irreparável de muitas vidas, nomeadamente de Bombeiros, que os grandes incêndios já provocaram.

Resulta então como primeira conclusão quanto à oportunidade desta Jornada de Trabalho, que os grandes incêndios são um problema sobre o qual devemos refletir, porque a sua ocorrência são parte do problema e a minimização dos seus efeitos e consequências são, também, parte da solução. Neste documento recuperam-se algumas ações e medidas já identificadas noutros documentos e iniciativas análogas, uma vez que as mesmas voltaram a ser identificadas, porque não concretizadas em devido tempo, mantendo por isso plena atualidade. Uma vez mais fica evidente que é preciso analisar a ameaça dos incêndios florestais de forma integrada e articulada.

#### Conclusões – Gerais

1. É necessário anular a dicotomia entre a importância que é devida à Prevenção – económica, social e de investimento – e a que lhe é atribuída pelos poderes políticos e institucionais, assumindo-se que o modelo atual do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios está esgotado, porque lhe falta o pilar essencial do envolvimento das populações locais na concretização dos seus objetivos estratégicos.

2. É necessário definir como objetivo central a diminuição do número de ignições, procedendo-se para o efeito a uma análise integrada de quatro vértices fundamentais:

##### a) Educação:

Informação – informação do público em geral – meios de comunicação – educação ambiental.

##### b) Fiscalização do cumprimento da lei:

Vigilância – ação criminal

Campanhas de prevenção temporais

##### c) Gestão de Combustíveis:

Direta – redução

Indireta – modificação

##### d) Gestão de Comportamentos de risco:

Controlo de potenciais autores (negligentes/dolosos)

Planeamento dinâmico objetivo

##### - Políticas

1. É necessário estabelecer um Pacto entre todas as forças partidárias representadas na Assembleia da República quanto às opções estratégicas de intervenção do Estado no domínio do ordenamento e gestão do espaço florestal, válido para o período mínimo de duas legislaturas (8 anos), elegendo este objetivo como um desígnio nacional e rompendo com os experimentalismos inerentes aos ciclos eleitorais e, assim, consagrando políticas de continuidade com adequada sustentação técnica e orçamental.

2. É necessário definir “autoridade política”, “autoridade técnica” e “autoridade operacional”, clarificando-as nos diferentes níveis nacional, regional, municipal e local, abrindo-se a possibilidade para novas formas de intermunicipalidade, nos domínios técnico e operacional.

3. É necessário concentrar numa única entidade a coordenação operacional de prevenção e de combate aos incêndios florestais, mantendo o planeamento na responsabilidade das entidades que atualmente a detêm, assegurando-se deste modo uma gestão integrada do binómio Prevenção/Combate.

4. É necessário reforçar as medidas de enquadramento penal dos comportamentos de risco, nomeadamente no mau uso do fogo, potencialmente geradores de vítimas mortais e de elevados prejuízos materiais, ambientais e outros, públicos ou privados.

5. É necessário criar um programa nacional de autoproteção para construção de comunidades resilientes a catástrofes, de iniciativa interministerial, envolvendo autarquias, organizações florestais, universidades e populações, disponibilizando recursos e formação adequada, que permitam desenvolver competências, iniciativas e ações no sentido da proteção contra o risco e sua mitigação, com a identificação de uma organização local de comando, concretização de infraestruturas de proteção e promoção de ações de treino.

##### - Operacionais

1. É necessário especializar e formatar Equipas de Comando para Grandes Operações, com composição multidisciplinar – no domínio dos incêndios florestais, com reforço de competências no comportamento do fogo e na gestão de combustíveis – constituídas na base intermunicipal, com capacidade de mobilização e projeção para os Teatros de Operações no prazo de 1 hora.

2. É necessário encontrar uma solução que confira à estrutura de proteção e socorro a autoridade inerente ao Comando Administrativo e não apenas o Comando/Controlo Operacional, permitindo deste modo uma gestão plena do dispositivo, nomeadamente para mobilizações atempadas para pré-posicionamento de meios, evitando-se a constituição de Grupos de Reforço com deslocação de várias horas até aos Teatros de Operações, muitas vezes com o dispêndio de recursos (humanos, materiais e financeiras) com uma rendibilidade mínima.

.../...



.../...

3. É necessário dotar os Comandantes Operacionais Distritais (CODIS) da ANPC de ferramentas de informática que permitam, logo após o alerta, com a introdução de todas as premissas influenciadoras do comportamento do fogo de forma a servirem de apoio à decisão e ao despacho, a fim de minorar comportamentos reiteradamente reativos, logo a partir da fase inicial da ocorrência; assim como de técnicos com formação específica para os operarem.
4. É necessário garantir a cobertura de todo território nacional, a nível municipal, com um dispositivo de socorro permanente, disponível e qualificado, 24 horas por dia nos 365 dias do ano, de modo a garantir uma primeira intervenção em todas as situações de emergência, incluindo o combate a incêndios florestais.
5. É necessário constituir um mecanismo de auditoria operacional no terreno, de modo a garantir que os fortes investimentos feitos nas ações de formação e o elevado número de formandos que as frequentam tenham direta repercussão no desempenho qualitativo do dispositivo de combate (follow-up da formação), em todo o território nacional, face à elevada rotação de pessoal (fluxo de entradas e saídas) que atualmente se verifica nos quadros dos corpos de bombeiros.
6. É necessário introduzir novas ferramentas para monitorização e deteção precoce das ignições, de modo a potenciar a eficiência do ataque inicial.
7. É necessário refletir, com adequada sustentabilidade técnica, sobre a tipologia de aeronaves a utilizar no combate aos incêndios florestais, auditando o seu desempenho operacional e avaliando a qualidade das suas tripulações, bem como garantindo a eficiência da sua manutenção, em sede contratual, independentemente da natureza pública ou privada do operador.
8. É necessário definir um sistema de Apoio Logístico às Grandes Operações, considerando as respetivas valências de suporte numa perspetiva integrada, incluindo o repouso de bombeiros com mais de seis horas de combate, agilizando para o efeito a cooperação com as Forças Armadas, Cruz Vermelha Portuguesa e Escuteiros.

#### Conselho Diretivo do CEIPC



In CEIPC - *inform@* (Edição N° 29 – Outubro 2016)

#### A ANAFS NAS PUBLICAÇÕES DOS PARCEIROS

Durante o mês de Setembro a GEBALIS, na sua edição mensal de “O MEU BAIRRO” publicou uma extensa, bem elaborada e documentada reportagem sobre a ANAFS, seus objectivos, organização operacional e principais accções, operações e missões humanitárias.

<p><b>O meu Bairro</b> GEBALIS Setembro 2016 Bairro da Ameixoeira acolhe Projeto VI-LAR</p>	<p>Equipamento Polivalente do Bairro Padre Cruz recebe utentes</p>	<p>Ação de sensibilização na Quinta do Cabrinha</p>
	<p>Bairro das Murtas inicia requalificação</p>	<p>2 Dedos de Conversa com ACULMA</p>

Igualmente, o Boletim da União das Freguesias de VILAR e MOSTEIRÓ, editado pela respectiva Junta de Freguesia e onde a Delegação Distrital do Porto da ANAFS se encontra sediada, publicou uma notícia referindo as actividades que a Delegação do Porto vem realizando

**Boletim da UNIÃO**  
Edição da Junta de Freguesia de Vilar e Mosteiró  
Setembro 2016 - Nº11  
União das Freguesias VILAR e MOSTEIRÓ

#### Tenente Coronel Paraquedista Leonardo António Saramago

O mês de Setembro trouxe-nos a triste notícia do falecimento do Ten-Cor Para Leonardo Saramago, Sócio Efectivo 58E e que quase desde o seu início abraçou o espírito da ANAFS e dos seus objectivos. Camarada franco e leal, empenhado nas obras humanitárias, muito deu ao Movimento da Cruz Vermelha, depois de passar à reserva no seu Corpo de Tropas, onde foi um dos primeiros a se brevetar em paraquedismo de combate.

A ANAFS fez-se representar nas cerimónias fúnebres pelo Coordenador Adjunto OPS da ANAFS EOC TEAM.